

Filosofia, responsabilidade e educação em Enrique Dussel

Philosophy, responsibility and education in Enrique Dussel

Prof. Dr. José Vicente Medeiros da Silva¹

Resumo

Enrique Dussel propõe uma ética material da vida, cujo objetivo é resgatar a vida negada às vítimas dos sistemas de opressão. Dussel desenvolve uma Filosofia da Libertação desde a América Latina - filosofia esta que enfrenta os enormes desafios do continente (exclusão, injustiça, analfabetismo). Nesse âmbito, a ética da libertação constrói uma responsabilidade ético-política para além do modelo hegemônico da totalidade vigente. A responsabilidade é resposta dada ao outro enquanto vítima, na sua concretude histórica. A análise dos princípios originários da ética em Dussel permite-nos compreender o desafio que se coloca para a efetivação de uma práxis a serviço da reconstrução da subjetividade e de um projeto ético-político para a humanidade. Na atual crise ética, torna-se imperativo pensar o outro para além do Eu e pensar a responsabilidade pelo Outro como um dos pilares de uma nova educação. Trata-se de compreender o processo de dominação e o processo de libertação, assumindo a responsabilidade pelo outro na construção da justiça. Nesse sentido, não basta a denúncia de uma situação injusta; deve-se, antes de tudo, encontrar formas de superação da realidade excludente.

Palavras-chave: Dussel, Ética, Responsabilidade, Educação.

Abstract

Enrique Dussel proposes a material ethics of life which aims at giving back the life which was neglected to victims of the oppressive systems. Dussel develops a philosophy of liberation in LATIN AMERICA which faces the enormous challenges of the continent (exclusion, injustice, illiteracy). In this sense the ethics of liberation builds an ethical-political responsibility which goes beyond the hegemonic model of totality which prevails nowadays. Responsibility is the answer given to the other as a victim, in its historical concreteness. The analysis of the principles originated from the ethic of Dussel allow us to understand the challenge which is put to us in order to obtain the effectiveness of a praxis which serves the reconstruction of the subjectivity and that of an ethical-political project for humanity. In the present ethical crisis, it is imperative to think the other beyond the self, and to think the responsibility for the other as one

¹ Doutor em Filosofia pela UFPB, professor da UFAL. Atualmente é Professor do Curso de Especialização em Filosofia da UFAL (Campus Arapiraca). E-mail: medeirosvicente@ig.com.br

of the pillars of a new educational system. It is about understanding the domination and liberation processes taking on you the responsibility for the other in constructing justice. In this sense it is not enough to denounce an unfair situation, one must, above all, find ways of overcoming the excluding reality.

Key words: Dussel, Ethics, Responsibility, Education.

Crise ética e filosofia da libertação

A ética moderna parece manifestar diversos sinais de crise na atualidade. Na modernidade, a ética esteve fundamentada em uma ética racionalista, que orientou a vida humana. Mas a eclosão da barbárie das duas guerras mundiais, a exploração dos países do chamado “Terceiro Mundo”, as diversas crises do sistema capitalista, o acirramento da supressão da dignidade humana em praticamente todos os níveis da vida, a negação dos direitos humanos básicos e a destruição da natureza apontam para a falência do modelo ético gestado na modernidade.

Na atualidade, o desafio parece ser o de construir uma ética que seja capaz de apontar caminhos novos para a humanidade. Ecoa no mundo, com força cada vez maior, uma insatisfação com o modelo de ser hegemônico. Urgem uma teoria e uma ação que alimentem a utopia de um novo mundo.

Nesse contexto, a Filosofia da Libertação de Enrique Dussel surge como uma ética que se propõe a pensar desde a América Latina à realidade histórica de dominação, dependência e exclusão dos povos. Realizar uma Filosofia da Libertação desde o continente latino-americano por si só já aponta para o enorme desafio dessa Filosofia. Gestada pelo “centro” (Europa), a Filosofia desconfia de qualquer outra elaboração fora da Europa. Eis que emerge, nas últimas décadas, na América Latina, uma Filosofia da Libertação, que surge da “periferia” do mundo. Dussel é, a nosso ver, a expressão maior dessa Filosofia.

Nesse sentido, perguntamo-nos, diante da crise que a humanidade atravessa, se é possível a reconstrução da subjetividade numa sociedade que destrói valores fundamentais para o convívio humano (solidariedade, justiça, responsabilidade). Em que sentido a alteridade e a libertação proporcionam novos elementos para a superação da nega-

tividade das vítimas do sistema totalitário e opressor? Como a responsabilidade pelo outro pode nos inspirar enquanto resistência e rebeldia frente ao modelo hegemônico? É possível pensar a educação a partir da ética da libertação?

No contexto de construção de novas propostas filosóficas na contemporaneidade, Dussel, desde a década de 1970, elabora uma Filosofia da Libertação que visa a ser uma autêntica produção relacionada ao *ethos* e aos problemas do continente latino-americano. Filosofia em construção, Filosofia rebelde e inconclusa. A produção de Dussel remete-nos para a tentativa de construção de uma proposta filosófica que visa a contribuir com o debate contemporâneo. Sem dúvida, a ética e a política são os grandes desafios que Dussel enfrenta.

A produção filosófica latino-americana ganhou, nas últimas décadas, um impulso importante, que tenta refletir o *ethos* do homem latino-americano de maneira criativa e autônoma. Se a América Latina almeja ser protagonista de sua História, cabe também, no âmbito da produção filosófica, buscar a sua libertação da reprodução da Filosofia europeia ou estadunidense.

O retorno da ética para o cerne do debate contemporâneo surge como necessidade vital para uma humanidade em risco de extinção. Não se trata do retorno à ética racionalista moderna, mas de efetivar outra ética, que inspire novas lutas, novos caminhos, novos homens e mulheres que respeitem a natureza como fonte de vida.

A Filosofia da Libertação é a tentativa de pensar, em primeiro lugar, a realidade, não a Filosofia. Nesse âmbito, a Filosofia da Libertação enquanto Ética da Libertação tenta pensar e transformar a realidade de exclusão econômica, social, política e cultural da maioria da humanidade. Segundo Dussel, a Ética da Libertação pretende pensar filosófico-racionalmente essa situação real e concreta, da maioria da humanidade presente, próxima de um conflito trágico de proporções nunca vistas na História da espécie humana, filogeneticamente falando.

O cerne da Ética da libertação elaborada por Dussel é a vida. Em várias passagens de sua obra *Ética da libertação na Idade da globalização*

e da exclusão, ele aponta a necessidade de defender a vida que está sendo negada de diversas formas:

Vida humana que não é um conceito, uma ideia, nem um horizonte abstrato, mas o modo de realidade de cada ser humano concreto, condição absoluta da ética e exigência de libertação. Não se deve estranhar, então, que esta ética seja uma ética de afirmação total da vida humana (DUSSEL, 2002, p. 11).

A história da América Latina é uma história de dependência e de dominação. Pensar filosoficamente desde essa situação implica investigar o processo de dominação e propor respostas concretas para as grandes demandas. Elaborar uma Filosofia da práxis, isto é, uma Filosofia que enfrente os problemas que se apresentam na realidade cotidiana e buscar resolvê-los é uma das grandes tarefas da Filosofia e da Ética da Libertação que encontra em Dussel uma das suas maiores contribuições.

Segundo Vieira, refletir sobre a condição humana tendo como referencial as classes populares é tarefa urgente da Filosofia da Libertação, pois ela não pode ignorar que as referidas classes são potencialmente as únicas protagonistas de mudança social qualitativa (VIEIRA, 2003, p. 16).

Nesse âmbito, os desafios podem ser colocados da seguinte forma: como elaborar um projeto filosófico que sistematize, justifique, esclareça e fundamente um novo modo de fazer filosofia, ética e política para além do *ethos* e do *lócus* europeu? Como desconstruir um discurso da totalidade que nega a legitimidade e riqueza de outros discursos? Como superar a barbárie, a fome material e espiritual e, ao mesmo tempo criar novos horizontes de sentido e de socialização do mundo? Como elaborar uma utopia concreta, capaz de transformar as reais e desumanas condições de exploração da maioria?

Na tese 11 da obra *Filosofia da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão*, Dussel sintetiza a defesa da vida humana, sendo esta o critério ético material universal da ética por excelência. Para isso, ele

propõe um princípio material universal: a obrigação ética de reproduzir e desenvolver a vida do sujeito humano dentro de uma comunidade de vida pressuposta, com pretensão de abarcar toda a humanidade. O seu critério de verdade é a vida ou a morte. “É em função das vítimas, dos dominados ou excluídos que se necessita esclarecer o aspecto material da ética” (DUSSEL,2002,p.93). Assim, a vida humana concreta de cada ser humano deve ser compreendida em três momentos distintos.

O primeiro momento é o da produção da vida humana nos níveis vegetativo ou físico, material e por meio, e contém as funções superiores da mente (consciência, autoconsciência, funções linguísticas, valorativas com liberdade e responsabilidade ética, etc.), como processo inicial que é continuado no tempo pelas instituições. Dussel denomina este momento de âmbito próprio da razão prático-material. A ética material da vida tem como ponto de partida as vítimas, que sofrem na sua corporalidade a dor e a infelicidade. Segundo Dussel, “as culturas, por exemplo, são modos particulares de vida, modos movidos pelo princípio universal da vida humana de cada sujeito em comunidade, a partir de dentro” (2002, p.93). Nesse sentido, ele aponta a necessidade de desenvolver a vida, pois “toda norma, opção, microestrutura, ou eticidade cultural, tem sempre e necessariamente como conteúdo último algum momento da produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em concreto” (2002, p. 93).

No segundo momento, o da reprodução da vida humana nas instituições e nos valores culturais, emerge a vida humana nos sistemas de eticidade históricos motivados pelas pulsões reprodutivas. O princípio material de reproduzir a vida mede a eticidade de toda norma, ação, instituição ou sistema de eticidade possível. Isso significa que todas as instituições são analisadas por sua capacidade de reproduzir ou não a vida em todas as suas dimensões. A vida humana não é um fim em si mesmo, nem um mero horizonte mundano-ontológico; a vida humana é o modo de realidade do sujeito ético.

No terceiro momento, Dussel coloca o desenvolvimento da “vida humana” no quadro das instituições ou culturas reprodutivo-históricas da humanidade. A mera evolução ou crescimento deixou

lugar para o desenvolvimento histórico. O princípio de reprodução da vida é internalizado em cada cultura como princípio universal que pode julgar a mesma cultura e permitir um diálogo intercultural. “Realiza-se através das culturas motivando-as por dentro, assim como aos valores ou às diversas maneiras de cumprir a “vida boa”, a felicidade, etc. Mas todas as instâncias nunca são o princípio universal da vida humana” (DUSSEL, 2002, p. 93).

Daí a necessidade da crítica ao sistema que nega a reprodução da vida em todas as suas esferas. A negação da vida pela fome, exclusão ou analfabetismo se impõe contra o princípio material da vida na Ética da Libertação, pois esta materializa, incorpora a vida na sua radicalidade, para além de tudo que a nega. O sujeito material da Ética da Libertação é o sujeito corporal vivo.

Nesse âmbito, Dussel não distingue entre a sobrevivência ou a reprodução material física, como comer e beber, e um desenvolvimento cultural, científico, estético, místico e ético. O momento do desenvolvimento da vida humana é impulsionado pelas pulsões de prazer e pela criação histórica. Esse desenvolvimento aponta para um ser humano inquieto, inacabado e aberto a desenvolver a vida em todas as dimensões.

O desenvolvimento da vida está amparado pela razão ética crítica que revela o rosto do outro vítima, excluído e negado. A vítima deve viver. A vítima percebe que não está morta, que deve lutar para desenvolver a vida qualitativamente, rompendo como a totalidade vigente e com as suas diversas formas de dominação.

Nosso autor chama a atenção que, na sua Ética da Libertação, as palavras produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana do sujeito ético sempre significam não só o vegetativo ou o animal, mas também o superior das funções mentais e o desenvolvimento da vida e da cultura humana. Elas indicam um critério material *a priori* ou anterior a toda ordem ontológica e cultural vigente.

A ética material da vida de Enrique Dussel coloca como tese central a defesa da vida. Isto significa desafiar o sistema capitalista que produz, reproduz e desenvolve a morte; morte para a maioria que não

tem acesso aos bens materiais e aos bens simbólicos. A ação das classes dominantes internas da América Latina, em conjunto com as classes dominantes externas, determinou o ritmo da vida, do crescimento e do desenvolvimento dos países, estabelecendo, também, as diferentes relações entre as classes sociais envolvidas no processo econômico.

Toda a América Latina, dominada até hoje por várias formas de neocolonialismo, carrega a marca da profunda opressão. Nenhuma remoção ou diluição consegue cancelar o fato de que, por mais de cinco séculos, a população indefesa dessa região tem sido submetida a uma série inaudita de violências e de crimes. Nesse sentido, a teoria da dependência cumpre um papel importante na análise e soluções dos problemas da América Latina.

A dependência constituiu profundas desigualdades e diferenças entre os países centrais e os países periféricos. A geração da violência a partir da dependência econômica gerou diversos crimes na história do continente latino-americano.

Segundo Giovanni Semeraro (2009, p.15) esses crimes podem ser sintetizados da seguinte forma:

- a) o extermínio dos índios;
- b) o tráfico de escravos negros arrancados da África;
- c) o sistema de escravidão e de servidão;
- d) as repressões, as expedições punitivas, a caça ao homem, a tortura, a prisão, o ostracismo e o exílio aplicados aos dirigentes e a todos os que ousaram opor-se abertamente ao sistema colonial;
- e) as ondas de migrantes expulsos da Europa;
- f) a devastação sem limites da natureza;
- g) a imposição cultural e religiosa;
- h) as ingerências externas e a sustentação de governos autoritários;
- i) a exclusão dos centros mundiais de poder econômico e a subordinação aos circuitos políticos internacionais;
- j) a ludibriante especulação financeira e a armadilha da dívida externa.

Todas as barbáries cometidas produziram uma série de vítimas que até hoje marcam o *ethos* da América Latina. Eduardo Galeano afirma que a própria invasão, a expulsão e a imposição de outra cultura têm gerado um sentimento de não pertencimento à América Latina, a tal ponto que os nativos se sentem como se estivessem no exílio na própria terra (1978, p. 73).

É nesse contexto que Dussel enfatiza a necessidade de elaborar uma ética material da vida. Se a vida em sua materialidade, em sua corporalidade é negada (fome, miséria, violência, etc), urge questionar radicalmente o sistema vigente objetivando destruí-lo, pois ele é a causa da morte de milhões de seres humanos.

Sacrificados em nome de uma civilização e de uma cultura que se autodenomina superior, os condenados da terra clamam por libertação e justiça. Daí, a necessidade de uma fundamentação racional para demonstrar o processo de produção de dominação desde os aspectos históricos, econômicos, filosóficos e culturais.

Sob a perspectiva ética, afirma-se a hipótese da ética como filosofia primeira. Se o que perpassa o momento civilizatório atual é a crise ética, a crise do humano na sua raiz, com o aumento crescente da irresponsabilidade frente ao outro, frente à natureza, etc, urge repensar toda ação e toda prática humana para buscar novas respostas para o humano. É preciso repensar todos os fundamentos.

Tradicionalmente, a ética sempre esteve ligada à vertente religiosa ou sobre a perspectiva objetivadora dos gêneros que colocavam o homem como ser capaz de modalização. Com a crise da vertente religiosa, buscou-se o fundamento para a ética na filosofia política. A racionalidade moderna pleiteou uma fundamentação antropológica acatando como referências ora a convivência, ora o Estado, ora o Contrato Social, mas sempre polarizadas pelo Eu transcendental (PIVATTO, 2001, p. 217).

Com a crise da ética racionalista moderna e também as limitações da ética pós-moderna, onde ocorre a liberação absoluta, urge repensar a ética como responsabilidade. Hoje, quando o homem se tornou um ser altamente nocivo, incapaz de avaliar o conjunto de suas

ações, com o risco efetivo de alterar equilíbrios delicados, em parte ignorados; hoje que cada um contribui para a degradação do meio ambiente, a responsabilidade, a reflexão e a cautela constituem uma obrigação vinculante e ineludível (BODEI, 2000, p. 280).

A responsabilidade ética pelo outro/vítima

Na América Latina, a responsabilidade surge, em primeiro lugar, como uma resposta ao excluído, à vítima frente ao sistema que lhe nega a vida. Se o sistema mata, exclui e oprime, a responsabilidade implica viver, incluir e libertar.

Nesse sentido, inúmeros são os desafios do continente latino-americano no início do século XXI. Diante da crescente miséria e exclusão, o principal desafio a ser superado talvez seja a pobreza material e espiritual a que está submetida a maioria da população. A fome, o desemprego, a miséria estrutural são problemas centrais nos chamados países periféricos.

Para Dussel, isso impõe uma responsabilidade, uma resposta para com as diversas vítimas do sistema: “Mas as vítimas do sistema imperfeito [...] são as que sofrem em maior grau, como feridas abertas, a enfermidade do corpo social. Elas mostram o lugar da patologia do sistema, da injustiça que terá de saber reparar” (2007, p. 105).

Esse entendimento vem apontar que são inúmeras as vítimas e que estas se multiplicam no decorrer da História nos últimos séculos. Essas “vidas desperdiçadas”, de seres descartados que se multiplicam hoje tanto no centro como na periferia do capital (BAUMAN, 2004, p. 84).

Na História da Europa, o escravo, o servo e o empregado sempre mantiveram alguma ligação com o senhor, com a aristocracia e o patrão. Bem ou mal faziam parte do sistema: falavam a mesma língua, praticavam a mesma religião, aceitavam os mesmos valores (SEMERA-RO, 2009, p. 26).

As vítimas latino-americanas, ao contrário, apresentam uma conotação mais brutal. Sendo considerados uma “raça inferior”, o ser-negado, os índios, os negros, os mestiços, os jovens são instrumentos

para usar e descartar. A inferioridade racial dos colonizados nunca garantiu os direitos estipulados ao trabalhador europeu.

A responsabilidade pelo pobre, o exterior ao sistema, expõe o homem justo aos ataques do sistema que se sente atacado por sua gratuidade, disfuncionalidade, abertura e exposição. Segundo Dussel, a responsabilidade é obsessão pelo outro; é religação com sua exterioridade; é expor-se ao traumatismo, à prisão e à morte (DUSSEL, s.d, p. 66).

Essa responsabilidade frente ao outro faz emergir uma nova construção teórica e prática no continente latino-americano. A chamada Filosofia da Libertação pretende repensar toda a Filosofia (desde a lógica ou a ontologia, até a estética ou a política) a partir do outro, o oprimido, o pobre: o não-ser, o bárbaro, o nada de sentido.

Segundo Dussel, “a ética da libertação é um repensar a totalidade dos problemas morais a partir da perspectiva e das exigências da responsabilidade, pelo pobre, por uma alternativa histórica que permita lutar no Egito, caminhar no deserto no tempo da transição e construir a terra prometida” (1994, p. 264).

A responsabilidade pelo outro é, antes de tudo, responsabilidade pelo outro oprimido, excluído, vítima diante do sistema econômico concreto de opressão. A responsabilidade pelo outro implica uma reserva de humanismo e comprometimento radical com o outro, com a dignidade e a libertação do outro. Lévinas acredita que, apesar de a História da humanidade ser uma história de guerra, pode haver também santidade no humano, porque um homem pode morrer pelo outro. A face do outro é presença, é nudez.

A responsabilidade é, antes de tudo, justiça que emerge do respeito e do serviço ao outro. É sair de si em busca do outro caído, faminto, miserável. É arriscar-se nos labirintos da História para, no face a face, viver para o outro.

Educação e libertação

Nesse contexto, a pedagogia dominante reproduz o mesmo em vista da manutenção do *status quo*, negando à grande maioria da hu-

manidade a capacidade de se humanizar. Na maioria das vezes, as suas mediações – escolas, universidades, métodos, projetos, etc – expressam a totalidade que tudo engloba e controla.

A Pedagogia da Libertação expressa a tentativa de reproduzir a vida, na medida em que o ser humano enfrenta o desafio de construir a sua humanidade. A Pedagogia da Libertação quer expressar um momento de exterioridade, de ruptura com o dado em busca do *novum*. Na luta pela construção de uma nova práxis pedagógica, a Filosofia da Alteridade de Lévinas e a Filosofia de Dussel trazem suas reflexões.

A concepção do outro como mestre aparece de vários modos e com várias acentuações no pensamento de Lévinas, que tende a considerar qualquer outro como mestre. O outro em relação a mim representa o critério da própria verdade e justiça. Nesse sentido, o mestre é sempre alguém em relação a mim. A maestria do outro é a essência da alteridade

Se a ética da alteridade tem como cerne de sua ética o outro enquanto rosto, como se dá a relação entre mestre e aluno? Como superar as tradicionais teorias pedagógicas que reproduzem o mesmo nas suas relações, metodologias e didáticas? Como construir novas relações entre mestre e aluno?

Lévinas reflete sobre a relação tradicional mestre e educando. “O mestre – coincidência do ensino e do que ensina - não é um fato qualquer, por seu turno. O presente da manifestação do mestre que ensina sobrepuja a anarquia do fato” (LÉVINAS, 2000, p.56).

No mestre que ensina, Lévinas vê a figura emblemática da alteridade em que o mestre é outro para o aluno e o aluno é outro para o mestre. Nesse sentido, a verdadeira aprendizagem implica uma relação a dois no reconhecimento mútuo da exterioridade de ambos.

Segundo Lévinas, a maiêutica não fazia mais do que recordar o que o aluno já sabia em si. O perigo desse conceito de mestre é que ele pode querer violar o aluno, impondo-lhe ou quase o obrigando a chegar a uma verdade. A relação mestre e aluno não é de fusão, nem de complementaridade. Existe algo profundo nessa relação enquanto ambos são seres únicos e, nesse sentido, separados.

Segundo Ricardo Timm, a presença do olhar do outro pode ser sentida pedagogicamente. Para ele, isso só pode acontecer caso o medo original da alteridade, da estranheza, seja superado e a primeira palavra ética possa ser ouvida. Esta primeira palavra pode passar, então, de “ameaça” a “convite”, e o primeiro passo em direção ao futuro pode ser dado (1999, p.158).

Nisso parece residir a força e a fraqueza da Pedagogia do Infinito de Lévinas. “A pedagogia do infinito consiste em mobilizar a força das gerações nascentes no sentido do encontro com o diferente em um tempo diferente, ou seja, que não se explique pelo áspero correr do dia-a-dia tautologizado” (SOUZA, 1999, p. 158)

Para Dussel, a pedagogia é a proximidade pai-filhos, mestre-discípulo, onde convergem a política e a erótica. A criança que nasce no lar é educada para fazer parte da comunidade política; e a criança que nasce numa cultura cresce para formar um lar (DUSSEL, s.d. p. 109).

A pedagogia não se ocupa apenas da educação da criança, do filho na família erótica, mas também da juventude e das instituições escolares universitárias, científicas e tecnológicas.

A transmissão da cultura acumulada transfere-se graças a sistemas pedagógicos, desde os mais antigos aos mais complexos.”O sistema pedagógico erótico ou doméstico educa dentro do *ethos* tradicional do povo. O sistema pedagógico político ou social educa dentro do *ethos* social, mas, além disso, tem instituições” (DUSSEL, s.d. p.110).

Dussel caracteriza a pedagogia dominante como filicídio, em que “a morte física ou cultural do filho é alienação pedagógica. O filho é morto [...] no ventre do povo pela repressão cultural [...] esta repressão se realiza sempre em nome da liberdade e com os melhores métodos pedagógicos” (s.d, p. 113).

No nível pedagógico, o desafio é promover a justiça superando o modelo de relacionamento que reproduz o mesmo, a identidade. A Filosofia da Libertação convida os pais e os mestres a renunciar a uma relação de poder, daquele que sabe (pai, professor), daquele que não sabe (filho, aluno).

Nela, respeita-se o novo, a alteridade do outro e se produz a justiça quando o outro é visto como um portador de um saber, de uma exterioridade, que rompe com os modelos pedagógicos socialmente constituídos. “Se a pedagogia ocidental, mesmo nos seus modelos aparentemente mais a alteridade, como é o caso da maiêutica socrática, não tem concebido a educação senão como processo de reprodução do saber do mestre na mente do discípulo” (VELASCO, p. 92), cabe outra tarefa à pedagogia da libertação: “chamar o mestre a saber ser discípulo do discípulo, para contribuir com sua abertura à gestação do novo, que este, como outro, traz intrinsecamente consigo” (VELASCO, p. 92.).

Nesse âmbito, Dussel elabora uma crítica radical aos modelos pedagógicos ocidentais, dizendo que Sócrates “mata a juventude, fazendo-a crer que as respostas gregas às quais sutilmente encaminhava seus discípulos eram nada menos que ideias eternas e divinas (portanto, diviniza a cultura grega)” (s.d. p. 113).

Para Dussel, na modernidade, Jean-Jacques Rousseau propôs, em nome da natureza, a cultura burguesa emergente, e para isso precisou primeiro realizar com seu discípulo um contato pedagógico. O preceptor (pai e Estado) obriga seu discípulo a ser e comportar-se como um órfão da cultura popular, que lhe obedeça em tudo. A obra *Emílio*, de Rousseau, nada mais é do que a tentativa de mostrar gradativamente a gestação do modelo burguês de educação e de homem.

Segundo Dussel: “Pestalozzi, Montessori ou Dewey não fazem mais nada do que continuar no mesmo caminho ideológico, aperfeiçoando a domesticação com técnicas ainda mais modernas” (s.d. p. 98).

Esses modelos, pretensamente universais, passam a ser modelos ideológicos que permitem a dominação e a opressão, na medida em que não permitem ao outro, aluno-filho portador de um saber e de uma alteridade, ser mais.

Assim entendido, o projeto de uma Pedagogia Libertadora quer libertar o povo. “O *ethos* da libertação pedagógica exige que o mestre saiba ouvir, no silêncio e com respeito, a juventude, o povo” (DUSSEL, [s.d.], p. 117).

Dussel elabora novamente uma crítica contundente à pedagogia dominante e aponta Paulo Freire como o anti-Rousseau do século XX. Para Dussel, Rousseau é o modelo da pedagogia burguesa e “Paulo Freire [...] nos mostra ao contrário uma comunidade intersubjetiva, das vítimas dos Emílios no poder, que alcança validade crítica dialogicamente, anti-hegemônica, organizando a emergência de sujeitos históricos (2002, p. 415).

Nesse âmbito, Dussel vê em Paulo Freire não simplesmente um pedagogo, mas um educador da “consciência ético-crítica” das vítimas, os oprimidos, os condenados da terra, em comunidade.

Para Dussel, todos os psicólogos do desenvolvimento ou psicopedagogos contemporâneos como Piaget, Vigotsky e Kohlberg têm um traço em comum; são cognitivistas, isto é, tratam o indivíduo como participante de uma ordem social, cultural, política e pedagógica como “dado”, e cuja transformação da sociedade nada tem a ver com a tarefa do pedagogo (2002, p. 441).

A grande contribuição de Paulo Freire é que a práxis de libertação não é um ato final, mas o ato constante que relaciona os sujeitos entre si em comunidade transformadora da realidade que produz o oprimido. Daí a necessidade da conscientização e da transformação.

Segundo Freire: “os oprimidos, nos vários momentos de sua libertação, precisam reconhecer-se como homens, na sua vocação ontológica e histórica de ser mais. A reflexão e a ação se impõem quando não se pretende, erroneamente, dicotomizar o conteúdo da forma histórica de ser do homem” (1987, p. 52).

Considerações finais

Nesse sentido, se afirma o desafio de construir uma educação em favor das vítimas, assumindo a responsabilidade para além da ordem estabelecida. Isso porque só a consciência e a autoconsciência dos indivíduos particulares quanto ao seu papel como indivíduos sociais responsáveis – sua consciência clara de sua contribuição específica imediata, mas escolhida de forma autônoma, à transformação oniabran-

gente contínua – é uma parte integrante e social de todo êxito possível (MÉSZAROS, 2008, p. 114).

A maior contribuição da ética de Dussel em contraposição à ética moderna é, a nosso ver, a sua materialidade. A Ética da Libertação não é uma ética formal - como tentamos demonstrar – mas uma ética material da vida. Dussel parte dos excluídos, das vítimas, para fundamentar a possibilidade de construir outra ética, uma ética transmoderna.

Isto significa afirmar a vida como valor maior, para além do conhecimento da razão cínica, para além da racionalidade instrumental, para além da força destruidora do capital. A saída de si para o outro enquanto vítima que, negado em sua humanidade, precisa ser reconstruída, reconhecida e amada. Nesse âmbito, todo esforço teórico e prático deve estar voltado para construir uma nova realidade em que a vida concreta e não meramente pensada seja fonte de sentido.

Nesse sentido, Dussel, ao propor uma ética material da vida, inverte sistemas convencionais formais e consensuais. Desse modo, rompe com a tradição filosófica e com a ética moderna desencarnada da realidade concreta; pensa a realidade mais dura das vítimas sem vez e voz nas instâncias de poder; pensa a realidade da fome que assombra milhares no mundo; pensa a realidade das guerras produzidas para que alguns lucrem.

Ele está questionando assim a “ética” vigente das grandes corporações com seu cinismo, que, ao determinar as regras do jogo econômico, define quem deve viver e quem deve morrer, os sistemas políticos fetichizados, absolutizados em si mesmos.

Dussel desenvolve um “pensamento concreto” na medida em que enfrenta o desafio de tentar produzir uma visão histórica e filosófica desde a América Latina, mas com pretensões de mundialidade. Sendo uma ética em construção, é necessário afirmar que a ética da libertação é uma ética processual, em constante diálogo com a História.

Essa ética acredita na possibilidade de construção de um novo humanismo, um novo modelo de ser humano e uma nova forma de sociabilidade. Para além da ilusão contemporânea conduzida pelo capital

de que não há outra alternativa para além do consumo desenfreado, da crise das instituições, da letargia política que nos envolve e da falta de futuro, emerge uma utopia, um sonho concreto que nasce não apenas da América, como força e energia criativa, de revolução e esperança humana.

A Ética da Libertação elaborada por Dussel é, sem dúvida, uma contribuição para a efetivação de uma nova realidade a ser construída pelos povos e culturas no contexto de exclusão e supressão da dignidade humana na atualidade. É uma rebeldia encarnada na História em favor dos excluídos e das vítimas.

Não se trata de uma “responsabilidade social” defendida no interior do sistema; não se trata de uma “responsabilidade jurídica” dentro da legalidade atual. Trata-se de uma responsabilidade como resposta radical, original, ética, no face a face, na exclusão que enfrenta as angústias, os sofrimentos das vítimas para superá-los na luta por libertação. Luta esta que implica afirmar o valor da vida para além de todo sistema, regra, lei ou norma.

Entendemos que a proposta da ética dusseliana é, antes de tudo, um esforço de decifrar o ser da realidade latino-americana. Trata-se de enfrentar um problema, um desafio, porém, também uma esperança, uma perspectiva, um compromisso. Nesse âmbito, a responsabilidade pelo outro constitui um dos pilares para a superação dos grandes problemas humanos.

Se formos responsáveis uns pelos outros, especificamente pelos excluídos e pelas vítimas, o projeto em todos os níveis (político, erótico, pedagógico, ecológico, econômico) a ser construído é lutar para que se efetivem a justiça e a libertação. É preciso responsabilidade pela produção, reprodução e desenvolvimento da vida; vida que é o critério primeiro e único de todo caminhar possível.

Referências

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: zahar, 2004.

BODEI, Remo. **A filosofia do século XX**. São Paulo: edusc, 2000.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Trad. de Ephaim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M. E. Orth. Petrópolis:Vozes, 2002.

_____ **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo, Piracicaba: Loyola, UNIMEP,[s.d.]

_____ **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo, Paulus, 1995.

_____ **20 teses de política**. São Paulo: expressão popular, 2007.

_____ **1492: el encubrimiento del outro**. Hacia el origen del “mito da Modernidad”. La paz: plural editores, 1994.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____ **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1977.

_____ **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

LAMPE, Armando (org.) **Ética e filosofia da libertação**. Petrópolis, Vozes, 1995.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa, Ed.70, 2000.

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: boitempo, 2008.

PIVATTO, Pergentino S. Responsabilidade e Justiça em Lévinas. **Veritas**, v.46, n.2, junho de 2001.

SEMERARO, Giovanni. **Libertação e hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares**. Aparecida: Idéias & Letras, 2009.

SOUZA, Ricardo Tim de. **Sujeito, ética e história: lévinas, o traumatismo do infinito e a crítica a filosofia ocidental**. Porto Alegre: Edipucrs.1999.

VELASCO, S. Lopes. **Reflexões sobre a Filosofia da Libertação**. Campo Grande,MS: CEFIL,1991.

VIEIRA, A.R. Dependência e libertação.*In*: PIRES, Cecília (org).**Vozes silenciadas: ensaios de ética e filosofia política**. Ijuí: Ed.Unijuí, 2003.